

construção da sustentabilidade do meio ambiente e da soberania energética. Considerando a realidade do nosso Semiárido, um projeto popular de geração descentralizada de energia deve aproveitar o enorme potencial solar, construindo políticas públicas e um marco regulatório para democratizar o acesso e permitir a superação da pobreza energética dos povos.

É também necessário que:

- Possamos abrir um amplo debate na sociedade sobre a geração de energia, que contemple os pontos de vista das comunidades atingidas, entendendo que há um custo local que precisa ser colocado na conta do que entendemos por “energia limpa”.

- Seja democratizado o debate sobre o regime jurídico que regula os contratos de cessão de uso da terra e que as famílias agricultoras tenham ciência do seu teor, além da incorporação de cláusulas que facilitem o controle social dos empreendimentos.

- A implantação dos parques eólicos ou usinas solares seja feita mediante consultas prévias coletivas às comunidades diretamente afetadas pelos empreendimentos e sejam esclarecidos e debatidos os benefícios, mas também os impactos negativos dos parques de forma que as comunidades possam decidir coletivamente pelo arrendamento ou não de suas terras.

- Sejam aperfeiçoados a legislação e o processo de licenciamento ambiental de forma a mitigar os efeitos negativos à população local e ao ambiente.

- Sejam criadas normativas que resguardem os territórios produtores de alimentos como espaço de interesse econômico, social e ambiental.

- Que a Justiça brasileira reveja a constitucionalidade da Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, brecha pela qual as grandes corporações vêm se apropriando de nossas terras e mercantilizando a vida e a natureza.

- Que o Estado assuma o papel propositivo e de gestão de políticas descentralizadas de produção de energia elétrica.

Nós agricultoras do Polo da Borborema, manteremos nosso compromisso em defesa do nosso território agroecológico. Afirmamos que nós existimos e somos importantes. Fazemos agricultura para nossa, para sua existência!

Montadas-PB, 16 de março de 2023

14ª MARCHA PELA VIDA DAS MULHERES E PELA AGROECOLOGIA



MARCHA PELA VIDA
DAS MULHERES
E PELA AGROECOLOGIA

BORBOREMA
AGROECOLÓGICA
NÃO É LUGAR
DE PARQUE EÓLICO

MULHERES
EM DEFESA DO
TERRITÓRIO

MULHERES EM DEFESA DO TERRITÓRIO: BORBOREMA AGROECOLÓGICA NÃO É LUGAR DE PARQUE EÓLICO

Nós, mais de 5 mil mulheres agricultoras do Polo da Borborema, escolhemos o 16 de março de 2023, dia Nacional da Conscientização sobre Mudanças Climáticas, para voltarmos às ruas em defesa do nosso território agroecológico. Na 14ª Marcha pela vida das Mulheres e pela Agroecologia nos somamos à luta da CPT, da Cáritas-NE, do CERSA, da ASA Paraíba, ASA Brasil, do GT Mulheres da ANA e de outras dezenas de organizações, movimentos sociais e instituições de pesquisa e desenvolvimento contra a ameaça do avanço no Semiárido brasileiro dos grandes empreendimentos centralizados de produção de energia renovável (eólica e solar).

Vivemos no Semiárido e sabemos o quanto nosso meio ambiente é sensível às mudanças do clima. Nos últimos 10 anos, testemunhamos um dos mais intensos e prolongados período de estiagem, que agravaram o desgaste e a degradação do nosso meio ambiente. Além da pouca chuva e da sua irregularidade no tempo e no espaço, vivemos o aumento da temperatura média, e o conseqüente aumento da evaporação das águas, o que vem impondo novos desafios a nosso trabalho na agricultura para garantir segurança e soberania alimentar e qualidade de vida. Esse fenômeno é a manifestação local de uma crise climática global, que é produto de um padrão de desenvolvimento centrado no consumo intensivo de energias fósseis, sobretudo, o petróleo.

Sabemos que, por suas características, o Semiárido Brasileiro tem grande potencial de geração de energia renovável, sobretudo a energia solar e eólica. No entanto, sabemos quanto os grandes empreendimentos de geração de energia renovável de forma concentrada, sem qualquer regulação por políticas públicas e legislações ambientais adequadas, também potencializam impactos socioambientais, que

igualmente agravam os efeitos das mudanças climáticas na região e inviabilizam a agricultura familiar.

Somos guardiãs e ativas defensoras das nossas sementes da paixão, das águas, das matas, dos solos e de todas as riquezas que a Mãe Terra nos proporciona. Não acreditamos em soluções empresariais, que reproduzem a lógica da mercantilização e do lucro, que perpetuam relações de poder, para que se resolvam os problemas estruturais da nossa sociedade. Nessa conta desigual, são as nossas comunidades, as juventudes do campo e nós mulheres, especialmente as negras, que pagamos pelas falsas saídas à crise já instalada. Ao colocarmos a sustentabilidade da vida no centro da nossa visão de mundo, clamamos por uma transição energética popular, que incorpore a preservação das nossas terras de produção de alimentos saudáveis, da natureza e o respeito e a defesa do nosso modo de vida.

Assim, em defesa da nossa **Borborema Agroecológica**:

Mais uma vez, afirmamos que:

- A energia renovável é a alternativa à matriz energética e ao modelo de produção agrícola atualmente dominantes no Brasil, assentados no uso de combustíveis fósseis. Contudo, junto à implantação de um modelo alternativo, é imperativo que haja um amplo debate na sociedade sobre os atuais padrões de produção e consumo. Apresentamos a agroecologia como um novo modelo de agricultura e de produção alimentar capaz de conservar os naturais e garantir a produção de comida saudável para o conjunto da sociedade.

Denunciamos que:

- O modelo industrial de geração centralizada de energia “limpa” e renovável por grandes empreendimentos empresariais é, na verdade, um gerador de energia socialmente suja e ambientalmente insustentável, constituindo uma ameaça à vida e ao trabalho das populações e dos territórios da agricultura familiar e dos povos tradicionais.

- Associados a um discurso de “progresso”, “desenvolvimento sustentável” e “geração de renda”, as indústrias de energia em implantação no Semiárido são uma nova forma de apropriação e controle das terras e dos territórios para acumulação de lucros privados por grandes corporações econômicas internacionais, ao mesmo tempo que geram enormes e irreparáveis custos sociais para as populações. As empresas ocupam as terras, desorganizam as comunidades, cercando os espaços produtivos e de vida, desestruturam completamente o lugar e a paisagem que marcam nossa cultura local. Essas empresas provocam também danos irreparáveis ao meio ambiente, penalizando ao mesmo tempo a saúde física e mental dos moradores locais; o tecido social e a organização comunitária; a continuidade da agricultura e das criações como nosso modo de vida; o trabalho, a vida e os corpos das mulheres e meninas do campo.

- O agravamento do quadro de danos à saúde faz com que muitas famílias abandonem suas terras para viver em outras localidades ou nas ponta de rua. Nas comunidades onde há a implantação das indústrias de energia, há um aumento do trabalho doméstico em razão da poeira, da deterioração das cisternas de estocagem de água, do cerceamento da liberdade de ir e vir das crianças e dos adultos, denunciando o aumento da violência de gênero, os assédios morais e sexuais e a prostituição que acompanham a implantação das indústrias de energia eólica ou solar. Não são raras as denúncias dos “filhos do vento”, quando mulheres e meninas são obrigadas a se responsabilizarem sozinhas pelas crianças geradas durante a passagem das empresas.

- Há falta de transparência e de relação de equidade nos contratos de cessão do uso da terra firmados entre as empresas e as famílias agricultoras. Os contratos bilaterais são instrumentos jurídicos que dão segurança para que as empresas tomem a posse da terra e, por consequência, do sol ou dos ventos que passam por ela. A assinatura dos contratos com as empresas envolve o risco de perda da titulação da terra como “imóvel rural”, tal como está qualificado no Artigo 4º do Estatuto da Terra. Com isso, os moradores cedentes são desqualificados como “agricultores familiares”, perdendo seus direitos sociais e previdenciários conquistados a duras penas pelos movimentos sociais.

Aceitar a implantação desses grandes empreendimentos eólicos ou solares em nosso território seria como assinarmos um atestado de desistência da agricultura familiar de base agroecológica, que há 27 anos estamos construindo em nossa região e colocar em risco a soberania alimentar, hídrica e a propriedade da terra, aprofundando as desigualdades sociais.

Desta forma, defendemos:

- A construção de um projeto popular de geração descentralizada de energia renovável, justo e democrático, capaz de incluir e beneficiar as populações locais. Partimos da premissa de que energia é vida, um bem comum, e não mercadoria. A garantia do acesso à energia, em quantidade e qualidade, de forma justa e equitativa é um direito humano fundamental. E por isso, entendemos que a produção e a gestão da energia devem ser planejadas para a construção do bem-estar coletivo, da justiça social e em equilíbrio com a natureza.

- A construção de um projeto popular de geração de energia deve necessariamente garantir a participação das mulheres, rompendo a visão hegemônica e as relações patriarcais, contemplando nossas necessidades energéticas e a nossa participação na gestão e nos espaços de decisão.

- Um projeto popular de geração de energia deve ser elaborado a partir das condições de cada território, sendo planejado de forma descentralizada e forjado na construção da autonomia das casas, comunidades e territórios, na gestão comunitária e na

MARCHE P
U
E PELA AGROECOLOGIA